



Estados e cidades terão R\$ 1 bi em empréstimos

Valor corresponde a US\$ 434 milhões e vai beneficiar Amazonas e Bahia, Belo Horizonte e Cascavel (PR). Captação de recursos foi autorizada pelo Plenário

Da soma total, Belo Horizonte receberá US\$ 330 milhões em três operações com diferentes instituições de crédito. O dinheiro se destina a recuperação ambiental e equilíbrio

das contas do município. Cascavel tomará US\$ 28,8 milhões para melhoria do espaço urbano. O Amazonas terá US\$ 24,5 milhões para urbanização e a Bahia, US\$ 50,8 milhões destinados ao turismo. **3**

Comenda Dom Hélder é entregue a cinco personalidades **2**

Avança projeto que autoriza plantio de cana na Amazônia **4**

Orçamento 2014 recebeu mais de R\$ 82 bi em emendas **3**

Autorizada a criação de cargos na Justiça do Trabalho **6**

Alternativa ao Plano de Educação será analisada dia 11 **5**



Deputada Rosinha da Adefal, Bruna Linzmeyer, Renan Calheiros, Flexa Ribeiro e Paulo Paim participam da abertura

Semana das Pessoas com Deficiência

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deu início ontem à série de eventos promovida pelo Senado desde 2005 para celebrar e alertar a sociedade sobre a atenção que deve ser dada aos brasileiros

com necessidades especiais.

A Semana de Comemoração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência terá música, cinema, exposição, palestras, oficinas de Libras e visitas guiadas. **6**

Regras para meia-entrada serão votadas hoje **5**

Senadores pedem medidas sobre imigração

Ricardo Ferraço e os senadores acrianos Anibal Diniz, Jorge Viana e Sérgio Petição visitaram a cidade de Brasileia para avaliar a situação dos refugiados, que não

param de chegar ao Acre, e as dificuldades da população local, premida pela explosão demográfica e com acesso cada vez mais difícil aos serviços públicos. **8**



Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Ricardo Ferraço, com haitianos: 10 mil imigrantes entraram no Acre em 2013



Aloysio Nunes cumprimenta Cardozo, observado por Wellington Dias

Ministro da Justiça lamenta vazamento de investigação

José Eduardo Cardozo disse ontem na Comissão de Constituição e Justiça que cumpriu a lei ao acionar a Polícia Federal para

investigar denúncias de cartel em licitações de metrô em São Paulo e Distrito Federal. Oposição aponta vazamento seletivo. **7**

Pelo quarto ano consecutivo, Comenda Dom Hélder Câmara é concedida pelo Senado a cinco personalidades como reconhecimento de contribuições à cidadania e à luta pelos direitos humanos



Paulo Paim (C), na presidência da sessão especial de entrega da comenda, considera agraciados "combatentes do bem"

Defensores dos direitos humanos recebem comenda

ELES SÃO DE diferentes lugares do Brasil, trabalham em áreas diversas, mas têm um ponto em comum: uma história de vida marcada pela luta em defesa dos direitos humanos, trajetória que lhes garantiu a Comenda Dom Hélder Câmara, entregue ontem em sessão especial no Plenário do Senado.

A homenagem — que está na quarta edição — é entregue anualmente a cinco personalidades com relevante contribuição à cidadania. Desta vez, foram condecorados o psicólogo e mestre em Educação Cláudio Luciano Dusik; o juiz de Direito Márlon Jacinto Reis; o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, Warley Martins Gonçalves; a deputada Janete Capiberibe (PSB-AP); e o arcebispo de Olinda, dom Antônio Fernando Saburido, além do ex-governador do Maranhão Jackson Lago, que morreu em 2011 e foi representado pela esposa, Maria Clay Lago, e pela neta, Lara Noronha.

Combatentes do bem

O presidente da sessão, Paulo Paim (PT-RS), considerou os cinco homenageados

"combatentes do bem" e participantes de uma "luta sem fronteiras". Na visão do senador, a defesa dos direitos humanos é uma tarefa que exige coragem e abnegação em prol do semelhante.

Um dos homenageados, o psicólogo Cláudio Luciano Dusik, que sofre de uma doença degenerativa que impede os movimentos, lembrou que milhares de crianças com deficiência estão fora da escola e são rejeitadas pela sociedade.

— O resultado desse histórico, segundo o IBGE, se reflete no fato de haver 60% de pessoas com deficiência sem alfabetização — afirmou Dusik, inventor de um teclado virtual para pessoas com deficiência.

Também condecorada, a deputada Janete Capiberibe (PSB-AP) elogiou o trabalho de dom Hélder Câmara em favor dos pobres e pediu atenção às populações da Amazônia — gente, segundo ela, invisível ao restante do país.

— São homens e mulheres que precisam de representação e de defesa nesta Casa — afirmou.

A atuação da deputada

Janete Capiberibe foi tema de boa parte do discurso do marido, João Capiberibe (PSB-AP), que falou sobre a trajetória política do casal, a militância política e a luta contra a ditadura.

Pedro Simon (PMDB-RS), por sua vez, elogiou o trabalho de cada um dos agraciados e lembrou a luta do juiz Márlon Jacinto Reis pela ética na política, contra a corrupção e pela aprovação da Lei da Ficha Limpa.

— Todos nós, senadores, devemos ser gratos a Márlon Reis por resgatar a dignidade e a pureza de uma representação popular que se funda no bem e na dignidade — discursou o senador.

Os oradores foram unânimes em considerar injusto o processo de cassação sofrido por Jackson Lago quando era governador do Maranhão, em 2009. Ele perdeu o mandato por crime eleitoral. O irmão de Jackson, ex-deputado Wagner Lago, classificou o processo de "golpe judicial", que marcou não só o estado, mas o país.

— Esta comenda é como se fosse uma restauração da democracia e da representatividade — avaliou.

Os homenageados deste ano

- Dom Antônio Fernando Saburido**
 Arcebispo de Olinda e Recife, foi ordenado padre em 1983. Desde então, desenvolve trabalhos pastorais que são referências para o país na ajuda de crianças carentes e dependentes químicos.
- Cláudio Luciano Dusik**
 Psicólogo e mestre em Educação. É portador de atrofia muscular espinhal e, na luta contra a doença degenerativa, inventou um um teclado virtual, o Mousekey, que auxilia pessoas com limitações físicas a escrever e a se comunicar.
- Jackson Lago**
 Ex-prefeito de São Luís e ex-governador do Maranhão. Formou-se em Medicina e foi professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Começou a vida política nos anos 60 e participou, ao lado de Leonel Brizola, da fundação do PDT, partido ao qual foi filiado até morrer, em 2011.
- Janete Capiberibe**
 Foi vereadora em Macapá e deputada estadual no Amapá. Combateu a ditadura, foi presa e exilada pelo regime militar iniciado em 1964. Como deputada federal, tem atuado principalmente na defesa de questões indígenas e do meio ambiente.
- Márlon Jacinto Reis**
 Juiz de Direito, ativista do combate à corrupção eleitoral, foi um dos coordenadores da campanha de mobilização popular pela aprovação da Lei da Ficha Limpa.
- Warley Martins Gonçalves**
 Como presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), luta por um ideal de vida mais digna para a categoria, defendendo a recuperação da histórica perda salarial, o fim do fator previdenciário e a garantia de uma política permanente de reajuste para os segurados.

Flexa quer redução da idade mínima para candidato a deputado

A possibilidade de jovens de 18 anos se candidatarem a deputado federal, estadual e distrital foi defendida por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Atualmente, a Constituição exige idade mínima de 21 anos para os cargos.

O senador pediu apoio dos parlamentares na aprovação de proposta de emenda constitucional (PEC 69/2013) de autoria dele que diminui a idade para 18 anos. Ele observou que os jovens de hoje são cada vez mais informados e possuem sede de participação na política. Para Flexa, a mudança vai fortalecer a democracia e aproximar a sociedade dos partidos políticos.

Agência lança blog com abordagem leve de notícias no Tumblr

Para abordar as notícias do Congresso de uma forma mais leve, foi lançado em novembro o blog da Agência Senado na rede social Tumblr.

Curiosidades, novidades, fotos, vídeos e listas estão entre os principais tipos de postagens. O endereço é www.senadofederal.tumblr.com.

Direitos dos animais, reforma política, Marco Civil da Internet, formas de falar com os senadores, curiosidades sobre a Bandeira Nacional, disciplinas no ensino básico, direitos do consumidor e os heróis oficiais do Brasil são algumas das postagens já publicadas.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Meia-entrada

14h A sessão deliberativa pode votar substitutivo da Câmara a projeto que regulamenta o benefício da meia-entrada em espetáculos artísticos, culturais, esportivos e de entretenimento.

PRESIDÊNCIA Portal das Comissões

11h Renan Calheiros participa da entrega do Prêmio Finep de Inovação 2013, no Palácio do Planalto; às 12h, recebe o deputado Gera Arruda e Flávio Bezerra, do Ministério da Pesca, acompanhados de comitiva da embaixada da Costa do Marfim; às 12h30, reunião com Alvaro Dias, relator do Plano Nacional de Educação, e Vital do Rêgo; às 14h45, recebe o presidente da Associação da Polícia Ferroviária Federal do Rio de Janeiro, Macário Mendes da Matta; às 15h, participa do lançamento do Portal das Comissões; às 15h30, reunião com os presidentes de comissões; às 16h, preside a ordem do dia.

CI Gestão dos portos

7h30 A Comissão de Serviços de Infraestrutura debate o marco regulatório, gargalos e gestão portuária. Em seguida, analisa a indicações para a Aneel e para a Anatel.

CDH Homofobia

8h30 A equiparação da homofobia ao racismo é o que prevê projeto na Comissão de Direitos Humanos. Outro texto garante à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual.

CAS Assistência odontológica

9h A Comissão de Assuntos Sociais pode votar projeto que dá assistência odontológica para internados em hospitais ou em regime de atendimento domiciliar e para quem tem doenças crônicas.

CDR Impactos da mineração

9h Audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional sobre os impactos da mineração, com exibição de *Enquanto o Trem Não Passa*, do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração.

CCJ Desfiliação partidária

10h Na pauta da Comissão de Constituição e Justiça, projeto que dispõe sobre desfiliação partidária com justa causa de detentor de mandato de cargo eletivo.

CAE Crédito externo para o Acre

14h A Comissão de Assuntos Econômicos vota crédito externo, no valor de US\$ 250 milhões, para financiamento do Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Acre.

CE/CDH Fora do Eixo e Mídia Ninja

14h30 A Comissão de Educação e Cultura debate o papel do Fora do Eixo e da Mídia Ninja. A audiência pública será realizada com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SEGURANÇA PÚBLICA Defesa civil

14h30 As dificuldades enfrentadas pela defesa civil são tema de audiência da Comissão Especial de Segurança Pública.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado autoriza R\$ 1,03 bilhão em empréstimos

Recursos serão captados pelos municípios de Belo Horizonte e Cascavel e pelos estados da Bahia e do Amazonas e deverão ser utilizados em projetos de recuperação ambiental e promoção do turismo

O SENADO APROVOU ontem seis pedidos de autorização de empréstimos para estados e municípios, no valor global de US\$ 434 milhões, o equivalente a cerca de R\$ 1,03 bilhão. As autorizações haviam sido aprovadas pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e seguiram para o Plenário em regime de urgência. O texto seguirá para promulgação, já que não depende de sanção presidencial.

Belo Horizonte deverá receber a maior parte dos recursos, US\$ 330 milhões, em três operações com diferentes instituições multilaterais de crédito. A maior operação, no valor de US\$ 200 milhões, será assinada com o Banco Mundial. De acordo com parecer do Tesouro Nacional, os recursos não se destinam a investimento específico, mas à manutenção do equilíbrio fiscal.

Os outros dois empréstimos que Belo Horizonte solicitou são de US\$ 75 milhões com o



Sessão plenária de ontem aprovou seis peddos de autorização para empréstimos

Banco do Brasil Aktiengesellschaft, subsidiária do BB com sede em Viena, na Áustria, e US\$ 55 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os US\$ 75 milhões vão financiar parcialmente o Programa de Recuperação da Bacia Hidrográfica da Pampulha, na capital mineira. Já os US\$ 55 milhões vão para o Programa de Recuperação Ambiental da cidade.

Também foi aprovado empréstimo de US\$ 50,8 milhões para a Bahia. O dinheiro

virá do BID e será destinado ao financiamento parcial do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) no estado.

De acordo com o governo da Bahia, a iniciativa beneficiará as populações dos municípios integrantes da zona turística da Baía de Todos-os-Santos.

Meio ambiente

Outras operações aprovadas pelo Senado beneficiam o Amazonas (US\$ 24,5 milhões) e o município de Cascavel, no Paraná (US\$ 28,8 milhões). Conforme o governo do Amazonas, a operação vai ajudar a recuperar a qualidade ambiental das Lagoas Maresia, Prata e Donga Michiles e urbanizar seus entornos, reduzindo o impacto das inundações. Além disso, o programa deverá melhorar os serviços de água e esgoto do município de Maués.

De acordo com documento do Tesouro Nacional, o objetivo geral do programa de Cascavel é promover a melhoria do espaço urbano do município.

Lista das autorizações

Belo Horizonte (MG)	Manutenção do equilíbrio fiscal	US\$ 200 mi
Belo Horizonte (MG)	Programa de Recuperação da Bacia Hidrográfica da Pampulha	US\$ 75 mi
Belo Horizonte (MG)	Programa de Recuperação Ambiental	US\$ 55 mi
Bahia	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur)	US\$ 50,8 mi
Amazonas	Recuperação da qualidade ambiental das Lagoas Maresia, Prata e Donga Michiles, urbanização de seus entornos e melhoria dos serviços de água e esgoto do município de Maués	US\$ 24,5 mi
Cascavel (PR)	Melhoria do espaço urbano do município	US\$ 28,8 mi

Valor do contrato de parceria público-privada poderá ser reduzido

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a redução do valor mínimo de contrato de parceria público-privada (PPP) dos atuais R\$ 20 milhões para R\$ 15 milhões nos municípios com até 1 milhão de habitantes. De autoria do senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), o projeto (PLS 401/2012) facilita a contratação, pelos municípios menores, desse instrumento que visa suprir a falta de recursos públicos para obras e serviços essenciais.

Segundo o parlamentar, as alterações na Lei das Parcerias Público-Privadas (11.079/2004) também favorecem maior participação do Poder Legislativo no processo que resulta na outorga a particulares da prestação de serviços públicos.

Comissão atualiza norma sobre profissão de economista

Os Orçamentos da União, dos estados e dos municípios terão de ser assinados por economistas, a quem compete a responsabilidade pelo enquadramento dos limites legais. Essa é uma das atribuições fixadas em atualização do regulamento da profissão (Lei 1.411/1951), aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto (PLS 658/2007), de Inácio Arruda (PCdoB-CE), cria o registro prévio junto ao Conselho Regional de Economia para o provimento e exercício de cargos ou empregos privativos dos economistas, bem como para o exercício da atividade de magistério.

Já aprovado pela Comissão de Educação (CE), o PLS 658/2007 segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Paim espera aprovação de nova regra para corrigir dívida estadual

Paulo Paim (PT-RS) disse ontem em Plenário que espera a aprovação, hoje, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do projeto que muda o índice de correção das dívidas dos estados e municípios com a União. Ele lembrou que as dívidas vêm sendo corrigidas com base no IGP-DI, mais 6%. O projeto muda esse índice para o IPC-A, mais 4%.

Para o senador, a medida vai permitir aos estados pagar suas dívidas com a União.

— Só para se ter uma idéia, o Rio Grande do Sul deve R\$ 21 bilhões, mas, se pegarmos os resíduos causados pelos juros, temos mais R\$ 20 bilhões. Os estados já pagaram 84% da dívida, ainda devem 171%. Isso é inaceitável. Por isso que o momento é esse — afirmou.

Emendas parlamentares ao Orçamento somam R\$ 82,8 bi

O projeto da Lei Orçamentária Anual 2014 (PLN 9/2013) recebeu 8.388 emendas à previsão de despesa do Executivo, num total de R\$ 82,8 bilhões. Desse valor, R\$ 63,6 bilhões são para investimento e R\$ 17,3 bilhões para custeio da máquina pública. Outras 237 emendas alteram apenas o texto.

Das emendas à despesa, foram 7.776 individuais e 612 coletivas (474 das bancadas estaduais e 138 das comissões da Câmara e do Senado). Mais da metade (51%) do valor das emendas destina-se à área da saúde. O prazo para apresentação de emendas terminou na segunda-feira.

(Da Agência Câmara)

Aprovados R\$ 60 milhões para cessão de equipamentos à Bolívia

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem a Medida Provisória 625/2013, que destinou R\$ 60 milhões do Orçamento da União para atender o Ministério de Minas e Energia. Os recursos serão usados na contratação, sem licitação, de empresa estatal para recuperar equipamentos de geração de energia elétrica em desuso

e transportá-los até a Bolívia, como parte de um programa de cooperação energética entre os dois países.

Segundo o Executivo, o governo boliviano solicitou ajuda ao brasileiro para enfrentar o déficit energético que enfrenta. Os equipamentos serão retirados da Usina Termelétrica Rio Madeira.

(Da Agência Câmara)

Relatório sobre obras irregulares deve ser entregue no dia 11

O coordenador do Comitê sobre Obras com Irregularidades da Comissão Mista de Orçamento, deputado Afonso Florence (PT-BA), pretende entregar seu relatório até o dia 11. Florence ouviu ontem, em audiência pública, técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) e gestores das seis obras indicadas para paralisação, orçadas em

R\$ 3,6 bilhões, que podem deixar de receber recursos no Orçamento de 2014.

O projeto do Orçamento para 2014 previa a paralisação de nove obras, mas o relatório do TCU entregue em 12 de novembro reduziu o número para sete, em uma atualização das investigações feitas pelo tribunal.

(Da Agência Câmara)

Alvaro Dias pede ao Congresso que seja ousado e rejeite MPs

Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu ontem “mais ousadia” ao presidente Renan Calheiros na defesa da independência do Poder Legislativo, negando-se a receber



Pedro Franco/Agência Senado

medidas provisórias sobre mais de um tema ou sobre temas desconexos com o principal. Alvaro acusou a presidente Dilma Rousseff

de legislar de forma autoritária, usando medidas provisórias como se fossem o antigo decreto-lei, próprio dos governos militares.

O senador também pediu que a Presidência do Congresso rejeite a Medida Provisória 628/2013, porque, segundo ele, há um elevado número de temas no texto.

Paulo Bauer comemora ordem para duplicação da BR-280

Paulo Bauer (PSDB-SC) comemorou a autorização para duplicação da BR-280, entre São Francisco do Sul e Dionísio Cerqueira, ambas cidades catarinenses, assinada ontem pela presidente da República, Dilma Rousseff, em cerimônia no Palácio do Planalto.

Bauer afirmou que as



Pedro Franco/Agência Senado

regiões norte e nordeste de Santa Catarina precisam da estrada, fundamental para o escoamento da produção e para o desenvolvimento econômico. O senador

cobrou a execução da obra, lembrando a lentidão e a burocracia do governo atual em executar outras autorizações.

Projeto que permite cultivo de cana na Amazônia Legal, em locais já desmatados ou convertidos em pastagem, recebeu emenda em Plenário, voltou para análise de comissões e passou ontem na CCT

Comissão aprova plantio de cana em áreas degradadas

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou projeto que permite o cultivo de cana-de-açúcar na Amazônia Legal, nas áreas já desmatadas de floresta, e nos trechos de Cerrado e campos gerais dos estados da região, como Tocantins, Mato Grosso e Maranhão.

De acordo com o PLS 626/2011, o plantio de cana deverá ocorrer nas áreas que estejam degradadas ou tenham sido convertidas em pastagem até 31 de janeiro de 2010, situação que deve ser comprovada pelo órgão ambiental, conforme emenda acatada pelo relator na CCT, Ivo Cassol (PP-RO).

As plantações deverão ter como diretrizes, entre outras, a proteção ao meio ambiente, a conservação da biodiversidade, a utilização racional dos recursos naturais e o respeito ao trabalhador rural e à livre concorrência. O texto determina que seja criado regulamento para definir condições, critérios e vedações para a concessão de crédito.

O autor da proposta, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), quer ampliar as áreas de cultivo de cana para estimular a produção de etanol e possibilitar o atendimento de crescentes demandas pelo combustível, dando uma atividade econômica para áreas já desmatadas naqueles estados.

O relator considera injustificada a restrição do plantio de



Estímulo à produção de etanol é objetivo do projeto aprovado pela CCT

cana-de-açúcar na Amazônia Legal, determinada pelo Decreto 6.961/2009 (zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar). Ele acredita que a implantação da cultura nas áreas desmatadas e de campos gerais e de Cerrado da Amazônia é estratégica para a Região Norte.

O projeto tramitava em Plenário por força de recurso, onde recebeu uma emenda e requerimento para exame na CCT e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta seguirá para a CAE, retornando posteriormente a comissões onde já havia sido aprovada — de Agricultura (CRA), de Desenvolvimento Regional (CDR) e de Meio Ambiente (CMA) — para exame da emenda de Plenário.

Voto em separado

João Capiberibe (PSB-AP) apresentou voto em separado pela rejeição, mas o texto nem chegou a ser discutido, pois o

senador não estava presente à reunião quando se iniciou a votação do projeto. Segundo ele, conceitos presentes no PLS 626/2011, como “permissão para plantio de cana em áreas alteradas”, são subjetivos e equivocados, e as dúvidas de interpretação causariam graves consequências socioambientais negativas.

Capiberibe ressaltou ainda que o projeto pode introduzir novas fronteiras de pressão territorial contra a Floresta Amazônica, o que resultaria em aumento dos índices já elevados de desmatamento e em novas expulsões de populações tradicionais de terras e regiões ocupadas historicamente por antepassados. Outro equívoco apontado refere-se à denominação “campos gerais” que, segundo ele, não existe oficialmente. O que existe, explicou, são várias tipologias de vegetação aberta, como savana, savana estépica, estepe e campinarana.

Texto propõe rastreamento por satélite para cargas perigosas

As cargas perigosas deverão ser rastreadas por satélite. É o que prevê projeto (PLS 166/2012) aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O texto obriga a utilização do sistema de rastreamento nos veículos utilizados para o transporte de cargas perigosas, impondo ao transportador a utilização permanente do rastreio.

Para isso, modifica as atribuições da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen). O projeto também passa a exigir o rastreamento por satélite no transporte de produtos radioativos. A proposta é de autoria de Vanessa

Grazziotin (PCdoB-AM).

As cargas perigosas, explica a senadora, são as que podem provocar acidentes, danificar outras cargas ou os próprios meios de transporte ou, principalmente, gerar riscos significativos à saúde ou à vida. É o caso de explosivos e corrosivos, assim como de substâncias inflamáveis, oxidantes, infecciosas ou radioativas.

O relator ad hoc, Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), apresentou voto favorável. Segundo acredita o senador, a proposta irá possibilitar aos órgãos da defesa civil condições para adotar medidas preventivas. O projeto segue para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), onde receberá decisão final.

Condomínios poderão receber incentivo para captar água de chuva

Condomínios residenciais e comerciais, hospitais e escolas podem ser obrigados a implantar sistemas de coleta, armazenagem e uso de água da chuva para irrigar áreas verdes e lavar calçadas e pisos. A possibilidade é prevista em projeto de lei (PLS 112/2013) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De autoria de João Durval (PDT-BA), o projeto reduz pela metade a taxa de prestação do serviço público de drenagem pluvial urbana paga por esses estabelecimentos a partir do momento em que adotarem sistemas de captação de água da chuva.

A proposta, que visa acabar com o desperdício de água potável, deve modificar a Lei



João Durval quer reduzir o uso inadequado de água potável

11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. O projeto segue para análise das Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), devendo ter decisão final nesta última.

Jarbas pede ao governo que retome projeto



Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) pediu ao governo que suspenda as mudanças no Canal do Sertão, que faz parte da obra de transposição do Rio São Francisco,

afirmando que o novo projeto reduz o trajeto do canal, deixando de fora municípios do Sertão do Araripe contemplados no projeto original, de 2005. O senador explicou que essa região tem algumas das terras mais férteis de Pernambuco e abriga o polo gesseiro, que gera 90 mil empregos diretos e indiretos. A região tem 10 municípios e 300 mil habitantes, metade dos quais vive na área rural.

— Espero sinceramente que o governo Dilma não frustre a expectativa de todas essas pessoas que esperavam os benefícios sociais e econômicos do Canal do Sertão para os municípios do Araripe — afirmou Jarbas.

Agripino: preocupação com PIB e Petrobras



José Agripino (DEM-RN) manifestou ontem preocupação com o futuro da Petrobras e com o produto interno bruto (PIB) negativo em 0,5% no terceiro

trimestre deste ano. Ele observou que esse cenário era previsível, já que o modelo econômico adotado obriga o governo a gastar mal e muito mais do que arrecada.

— A situação só não é pior por conta do agronegócio, que consegue reduzir o déficit do país — afirmou o parlamentar.

Agripino lamentou ainda que o governo tenha segurado o preço dos combustíveis para conter a inflação, o que provocou problemas no caixa da Petrobras num momento em que a companhia precisa investir maciçamente na exploração do petróleo na camada pré-sal.

Aloysio questiona números de programa



Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apontou contradições nos números do Programa Minha Casa, Minha Vida. No site da Caixa Econômica Federal, são

cerca de 78 mil casas em construção e 352 mil já entregues. Pelo Ministério da Fazenda, são 137 mil em construção e 627 mil entregues.

— Existe uma diferença de 100% entre os dados. Nem parece que são órgãos do mesmo governo, do mesmo programa. Esses dados também não batem com os do Tribunal de Contas da União, que indicam que somente 328 mil casas foram efetivamente construídas — afirmou.

Segundo o senador, os números coincidem num ponto: estão longe da meta de 1 milhão de casas da primeira fase do programa e mais ainda dos 2 milhões prometidos para 2014.

Mário Couto critica corrupção e inflação



Mário Couto (PSDB-PA) condenou as regalias concedidas aos presos do processo do mensalão e criticou o governo, afirmando que, além de tentar

enganar os brasileiros negando a volta da inflação, os governantes ainda permitem irregularidades no uso do dinheiro público, como a viagem do ministro da Fazenda, Guido Mantega, em avião oficial com serviço de bordo de luxo.

Couto disse que todos sabem que “este país atravessa o seu pior momento na história”.

— Um país que não tem educação, um país que não tem saúde, um país que bate recorde de corrupção, um país violento, onde se matam todos os dias brasileiros e brasileiras nas ruas, assassinados impiedosamente — lamentou.

Ana Volpe/Agência Senado



Fila para compra de ingressos em shopping de Brasília: benefício para estudante, idoso, deficiente e jovem carente

Plenário vota hoje novas regras para meia-entrada

Paulo Paim pediu mais tempo para negociar a manutenção de garantias estabelecidas pelo Estatuto do Idoso. Presidente do Senado anunciou que projeto será o primeiro item da pauta de hoje

FICOU PARA HOJE a votação em Plenário do substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do Senado (PLS 188/2007) que regulamenta o benefício da meia-entrada em espetáculos artísticos, culturais, esportivos e de entretenimento. O presidente do Senado, Renan Calheiros, garantiu que o substitutivo será o primeiro item da pauta de votações.

De acordo com o texto, terão direito à meia-entrada estudantes, idosos com 60 anos ou mais, pessoas com deficiência e jovens de baixa renda entre

15 e 29 anos. A concessão fica restrita a 40% dos ingressos disponíveis e não se aplica aos eventos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016.

Idosos

A matéria seria votada ontem, mas Paulo Paim (PT-RS) pediu mais um dia para poder negociar com o relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), e com as lideranças partidárias alterações para que a norma não venha a prejudicar os idosos, que já eles têm meia-entrada garantida pelo Estatuto do Idoso.

Para terem direito ao benefício, os estudantes deverão comprovar essa condição pela apresentação da Carteira de Identificação Estudantil (CIE) emitida por entidades estudantis. Já para os idosos bastará apresentar documento de identidade oficial. Os jovens carentes deverão comprovar que estão inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

A confecção da CIE deverá seguir modelo único nacionalmente padronizado. A carteira deverá ser renovada a cada ano.

Rodrigues elogia gestão de Marta Suplicy na Cultura

Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) elogiou ontem em Plenário a atuação de Marta Suplicy à frente do Ministério da Cultura. O senador disse que a ministra tem se empenhado para garantir mais acesso à cultura, tanto no âmbito do governo quanto no do Congresso Nacional, pela aprovação de projetos em favor do setor.

— O acesso à cultura é fundamental para o desenvolvimento de todo ser humano. Assim, quanto mais políticas públicas forem criadas para que as comunidades mais carentes tenham acesso à arte, à música e às demais manifestações artísticas, maior será o resultado positivo sobre a vida dos cidadãos — afirmou Rodrigues, que há um ano, como suplente, substituiu Marta Suplicy no Senado.



Pedro Franco/Agência Senado

Para Rodrigues, o acesso à cultura é essencial ao desenvolvimento

Criação do Dia da Batalha de Jenipapo vai ao Plenário

A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou ontem projeto de lei que institui o Dia da Batalha do Jenipapo, a ser comemorado em 13 de março, como data histórica no calendário de celebrações nacionais. A proposta será agora examinada pelo Plenário do Senado.

A instituição da data é tema de dois projetos de lei que tramitam em conjunto — o PLC 4/2009 e o PLS 94/2011, este de autoria de Wellington Dias (PT-PI).

No parecer, o relator, Zeze Perrella (PDT-MG), explicou que a Batalha do Jenipapo envolveu cerca de 2 mil combatentes do Ceará, Maranhão e Piauí que lutaram pela independência do Brasil enfrentando as tropas portuguesas às margens do Rio Jenipapo, perto de onde hoje é Teresina, capital piauiense.

“A Batalha do Jenipapo é, portanto, um dos grandes momentos da luta pela independência, seja pelo heroísmo de seus combatentes, seja por representar, de fato, um passo importante para garantir a emancipação e a unidade territorial da nação”, justifica o senador no relatório.

Alineira Moniz/Agência Senado



Ministro Mercadante (de gravata vermelha) ouve explicações de Vital, em reunião sobre o Plano Nacional de Educação

Vital do Rêgo apresentará alternativa ao PNE

Vital do Rêgo (PMDB-PB) apresentará até sexta-feira voto em separado sobre o projeto do Plano Nacional de Educação (PNE). A informação foi dada por Romero Jucá (PMDB-RR), após reunião com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante. De acordo com o senador, o voto em separado trará novidades, como metas de qualidade do ensino e de incentivos a resultados, a serem cumpridas pelos estados.

— Haverá, provavelmente, um condicionante de repasse a mais ou de premiação para

aquelas escolas ou aqueles setores que ultrapassarem as metas previstas — explicou Jucá.

Votação

O parlamentar confirmou que o PNE (PLC 103/2012) deverá ser votado no Plenário no dia 11, quarta-feira, mesma expectativa do ministro da Educação, Aloizio Mercadante. Ele espera ainda que o PNE possa ser votado também na Câmara dos Deputados antes do início do recesso, em 23 de dezembro, mas defendeu, no

entanto, alterações no texto aprovado pela Comissão de Educação (CE) na semana passada.

Mercadante lembrou que o relatório de Alvaro Dias (PSDB-PR) que foi admitido na comissão recebeu dezenas de emendas. O ministro disse que parte dessas alterações no texto deverá ser incorporada no voto em separado de Vital do Rêgo.

— Mas há alguns pontos centrais em que não há acordo. Essas divergências serão discutidas no Plenário — afirmou.

Voto em separado deve recuperar texto da Comissão de Justiça

Vital do Rêgo informou que a proposta alternativa do Plano Nacional de Educação que ele vai apresentar na sexta-feira retoma partes do texto que foram aprovadas quando o projeto passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e rejeitadas durante a votação do relatório de Alvaro Dias na CE. No entanto, disse que mais da metade das modificações à matéria introduzidas pelo senador tucano será mantida.

A ideia, explicou Vital, é retomar “a coluna mestra do PNE, que está dividida em quatro pontos”. O primeiro prevê o cumprimento do artigo 212 da Constituição, que trata do financiamento público em educação, prevendo que “a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Outro ponto, segundo o senador, é assegurar que as crianças e adolescentes entre

4 e 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação tenham o acesso à educação básica, preferencialmente na rede regular de ensino.

O terceiro eixo é garantir que sejam mantidas as conferências regionais, estaduais e municipais de Educação, que precedem as nacionais. As conferências nacionais devem acontecer pelo menos a cada quatro anos para avaliar a execução do PNE e subsidiar a elaboração do plano para os dez anos seguintes.

— E, em quarto, temos que tratar da questão do aumento das vagas no ensino público, em um gráfico que está hoje cada vez mais ascendente. Avançamos 800 mil novas vagas nos últimos dez anos e esperamos continuar nesta gradação. Essas são as linhas de pensamento que se desdobram ora em metas, ora em estratégias — disse.

Vital informou ainda que vai tentar obter um acordo com a Câmara para que o projeto possa ser votado também pelos deputados ainda este ano.

Pelo oitavo ano consecutivo, Senado promove série de eventos para conscientizar a sociedade sobre os brasileiros que necessitam de atenção especial para exercerem seus direitos de cidadãos

Começa a 8ª Semana das Pessoas com Deficiência

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, abriu na tarde de ontem a Semana de Comemoração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Ele lembrou que há oito anos o Senado comemora a data promovendo melhorias para tornar a Casa mais acessível e inclusiva. Renan destacou 30 ações da Casa em 2013, como rampas nos prédios e no Plenário, cursos de Libras e produção de material em braille, e elogiou a regulamentação da aposentadoria para pessoas com deficiência, sancionada ontem.

A abertura da semana teve também a presença dos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Paulo Paim (PT-RS) e Ana Rita (PT-ES), que preside a

Comissão de Direitos Humanos. Convidada para a solenidade, a atriz Bruna Linzmeyer, que interpreta uma autista na novela *Amor à Vida*, da Rede Globo, falou sobre a importância do diagnóstico precoce da doença, feito geralmente nos primeiros três anos de vida.

— O autismo é uma condição diagnosticada em cerca de 500 mil brasileiros que devem sempre ser considerados como cidadãos — disse Bruna.

A senadora Ana Rita elogiou a visibilidade que a personagem tem dado ao dia a dia do autista, com o desafio de conviver com a família e os amigos. Ao falar desses desafios diários, Paim relatou a luta da irmã, que ficou cega na juventude

e viveu com ele vários anos.

— Eu acompanhei o dia a dia da minha irmã e as dificuldades que enfrentou por toda a vida — comentou o senador, autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, em tramitação na Câmara.

Ambos ressaltaram a importância da legislação para proteger as pessoas com deficiência. Ana Rita definiu como marco a assinatura, pelo Brasil, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, em 2008. A programação da semana no Senado terá música, cinema, exposição, palestras, oficinas de Libras e visitas guiadas.

Veja a programação completa em <http://bit.ly/semanaPD>



Renan, ao lado de Bruna Linzmeyer e dos senadores Flexa e Paim, ouve a deputada Rosinha de Adefal na solenidade

Parlamentares se empenharam por nova lei

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem, no Palácio do Planalto, da cerimônia de assinatura do decreto que regulamenta a Lei Complementar 142/2013, que reduz os limites de contribuição e de idade para a aposentadoria de pessoas com deficiência.

— Essa lei é reafirmação do compromisso do Senado em fazer leis para os que mais precisam delas — afirmou o presidente do Senado.

Renan celebrou a nova lei, aprovada graças ao empenho

dos senadores. A proposta, do ex-deputado federal Leonardo Mattos, é de 2005 e chegou em 2010 ao Senado, que a aprovou em 2012.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 45,6 milhões de pessoas com pelo menos um tipo de deficiência, o que representa 24% da população. Pela nova lei, o homem poderá se aposentar com 25 anos de contribuição e a mulher, com 20, no caso de deficiência grave; com 29 anos de contribuição (homem) e

com 24 (mulher) no caso de deficiência moderada; e, no caso de deficiência leve, o homem se aposentará com 33 anos de contribuição e a mulher, com 28.

Se a aposentadoria for por idade, o homem pode requerê-la aos 60 anos e a mulher aos 55, desde que tenham contribuído pelo menos 15 anos e comprovem a deficiência durante o mesmo período. O decreto assinado ontem define quais deficiências se enquadram nas categorias grave, moderada e leve.

Aprovada criação de cargos em tribunais do Trabalho

O Plenário do Senado aprovou ontem três projetos de lei da Câmara (PLCs 76, 77 e 79/2013) que autorizam a criação de cargos efetivos nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) do Piauí, Rio Grande do Sul e Paraná. Os projetos, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST), seguem para sanção.

Os novos cargos previstos nas propostas procuram

atender resoluções do Conselho Superior da Justiça do Trabalho que tratam da necessidade de os tribunais do Trabalho manterem em seus quadros de pessoal permanente profissionais das áreas de tecnologia de informação e de comunicação. Além do TST, os textos passaram pelos crivos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça.

Comissão vai analisar emenda à PEC do Trabalho Escravo

O Plenário fez ontem a quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição do Trabalho Escravo (PEC 57A/1999). A matéria, no entanto, voltará à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em razão de emenda apresentada por Sérgio Souza (PMDB-PR), com apoio de outros senadores,

que estipula que o termo trabalho escravo terá de ser definido pela lei complementar que regulamentará a emenda constitucional. Depois da análise pela CCJ, a proposta retorna ao Plenário e poderá ser votada em primeiro turno. Em seguida, passará por outras três sessões de discussão para poder ser votada em segundo turno.

Kátia Abreu quer manter audiência sobre o Igeprev

Kátia Abreu (PMDB-TO) protestou ontem contra requerimento do senador Gim (PTB-DF) que prevê o cancelamento da audiência pública solicitada, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para discutir os investimentos realizados pelo Instituto de



Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins (Igeprev). De acordo com Kátia Abreu, investigações indicam a existência de estreitas relações entre os gestores do Igeprev e os membros da organização criminosa desbaratada pela Polícia Federal na Operação Miqueias.

Ângela: país deve se unir em busca da igualdade de gênero

Ângela Portela (PT-RR) registrou em Plenário, ontem, sua participação no Fórum Global de Mulheres Parlamentares, em Bruxelas, no final de novembro. A senadora destacou a necessidade de mulheres e homens brasileiros se unirem em busca da igualdade de gênero, sobretudo na



política, em que os índices de participação feminina são os piores do mundo. Segundo Ângela, a média brasileira é a mais baixa entre todas as calculadas pela União Interparlamentar. — Somos quase 52% do eleitorado brasileiro, mas estamos sub-representadas nas duas Casas do Congresso.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Audiência com ministro da Justiça foi requerida pelo senador Aloysio Nunes Ferreira, que teve o nome citado em vazamento de denúncias

Ministro lamenta vazamento do caso Siemens e diz que cumpriu a lei

EM AUDIÊNCIA ONTEM na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, lamentou o vazamento de informações sobre a investigação da Polícia Federal acerca da possível formação de cartel em licitações de metrô e trens em São Paulo e no Distrito Federal, conhecido como caso Siemens.

Criticado por ter pedido à Polícia Federal que investigasse as denúncias recebidas, o ministro afirmou que, se assim não tivesse feito, estaria cometendo o crime de prevaricação.

A audiência foi requerida por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), por ter sido citado em notícias da imprensa, junto com outros parlamentares, como supostamente envolvido no caso Siemens. Segundo as notícias, o cartel dos trens repassava valores a empresas de consultoria suspeitas de intermediar o pagamento de propina a parlamentares de vários partidos.

O ministro disse que recebeu denúncias em um documento entregue a ele pessoalmente pelo deputado estadual Simão Pedro (PT-SP) e que enviou tudo para a Polícia Federal. Rebateu as críticas de deputados tucanos, que condenaram o



Em audiência presidida por Vital do Rêgo (E), ministro Eduardo Cardozo (C) fala à CCJ sobre a investigação do caso Siemens

comportamento dele no episódio, e disse que cumpriu a lei.

Cardozo respondeu às críticas de Aécio Neves (PSDB-MG), para quem o ministro não poderia mais chefiar a investigação.

— O ministro da Justiça não coordena a investigação. Ele pode pedir, mas quem coordena é o delegado de polícia, que, nesse caso, já cuidava desse inquérito desde 2008 — afirmou.

Cardozo informou que a Siemens tem sido investigada em vários países pela formação de cartel e pagamento de suborno a autoridades públicas. No Brasil, a empresa procurou o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e

propôs a realização de um acordo de leniência, pelo qual reconhece que praticou irregularidades e passa informações. Em troca, não é responsabilizada pelos ilícitos que denuncia, o que é chamado de delação premiada'

Vazamento seletivo

Aloysio Nunes disse que a polêmica em torno do caso aconteceu por causa do vazamento de documentos e que acabou atingindo a imagem dele.

— Eu me senti atingido por um vazamento de um documento cuja autoria não sei se já foi esclarecida, cujo suposto autor renegou em todo ou em parte o documento e, no

entanto, meu nome está lá. Foi para o *Jornal Nacional*, foi para *O Estado de S. Paulo* — protestou.

José Agripino (DEM-RN) criticou o que achou ter sido uma intenção de vazamento seletivo contra o PSDB e o DEM, pois, apesar de outros partidos estarem envolvidos, apenas os dois foram ressaltados na imprensa.

Alvaro Dias (PSDB-PR), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Aloysio solicitaram ao ministro que também investigue casos de cartel em outros estados. Alvaro pediu uma investigação sobre o cartel do leilão do campo de petróleo de Libra, que, segundo ele, deve ser o maior cartel do Brasil.

Para procurador, caso gerou desconforto no Cade

O Senado aprovou ontem três indicações para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Victor Santos Rufino exercerá o cargo de procurador-chefe da Procuradoria Especializada junto ao conselho, para mandato de dois anos. Atual procurador-chefe adjunto, Rufino deve substituir, em janeiro, Gilvandro Vasconcelos de Araújo, que foi aprovado para uma das vagas de conselheiro do Cade, por quatro anos. O Plenário também aprovou como conselheiro o consultor legislativo do Senado Márcio de Oliveira Júnior, por três anos.

As indicações já haviam sido aprovadas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e foram votadas no Plenário em



Sérgio Souza (2º à dir.), vice-presidente da CAE, com indicados para o Cade

regime de urgência. Na reunião da CAE, os sabatinados foram questionados sobre o caso Siemens por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Gilvandro explicou que no caso da denúncia do ex-executivo da Siemens, como exigem as regras legais, o órgão solicitou autorização judicial

para requisição de documentos. Por erro, assinalou, o despacho com a autorização foi divulgado no site da Justiça Federal. Houve então uma publicação de uma reportagem na imprensa e, na sequência, uma decisão judicial acabou tornando o processo público.

— Isso trouxe a publicização

sobre a prática investigada à época sem nenhuma conclusão definitiva em qualquer aspecto — explicou.

Rufino acrescentou que, por ocasião do vazamento, além de afastar a participação de políticos do partido no caso, líderes tucanos denunciaram que não foram informados dos fatos nem tiveram acesso às investigações. Ele ainda salientou que a intenção é de que todo o material sobre a denúncia de cartel seja analisado o mais rapidamente possível.

Já as limitações do Cade para uma atuação de investigação em todo o território do país foi abordada na sabatina por Márcio Júnior. Ele admitiu que uma solução seria a celebração de parcerias.

Plenário vota hoje recondução de Haman Córdova

Foi adiada para hoje a votação em Plenário da recondução de Haman Tabosa de Moraes e Córdova ao cargo de defensor público-geral da União. O adiamento se deu após apelo de senadores como Wellington Dias (PT-PI) e Gim (PTB-DF). Segundo

Wellington, o baixo número de senadores no Plenário, que poderia dificultar a aprovação, se devia ao funeral do governador de Sergipe, Marcelo Déda.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, a recondução de Córdova ao

cargo de defensor público-geral da União. Aos 38 anos, ele foi indicado para o segundo mandato consecutivo. Durante a sabatina, Córdova apontou como um avanço da primeira gestão o plano de interiorização da Defensoria Pública da União (DPU), que permitiu a

criação de 789 cargos de defensor público federal.

— Num futuro próximo, nós seremos 1.200 defensores federais. Ou seja, com condições de garantir a toda a população carente ter seus direitos acolhidos e respeitados — disse.

Vanessa Grazziotin elogia OAB por contestar doações

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) parabenizou a Ordem dos Advogados do Brasil pela ação declaratória de inconstitucionalidade das normas que permitem às empresas fazerem doações a candidatos a cargos públicos, apresentada ao Supremo Tribunal Federal.

Para a senadora, o sucesso da ação reduzirá significativamente a influência do poder econômico no resultado das eleições, que hoje produz graves distorções como, por exemplo, a vinculação entre doadores e políticos, que acaba se transformando em fonte de corrupção.

— O financiamento democrático de campanha é fundamental para a luta contra a corrupção — disse a senadora.



Na visão da parlamentar, o sucesso da ação reduzirá a corrupção

Zeze Perrella nega envolvimento do filho com tráfico de drogas

Zeze Perrella (PDT-MG) negou ontem qualquer envolvimento do filho dele, o deputado estadual Gustavo Perrella (SDD-MG), com o transporte de quase meia tonelada de cocaína apreendida em helicóptero da família Perrella no último domingo. O piloto, Rogério Almeida Antunes, trabalhava como assessor de Gustavo na Assembleia Legislativa.

Zeze Perrella afirmou que o filho autorizou o piloto da aeronave — que saiu de Minas e foi apreendida no Espírito Santo — a fazer um frete até São Paulo, e não para o Espírito Santo. Perrella disse que o filho não sabia da existência das drogas. De acordo com o senador, ele e o filho sempre lutaram contra as drogas e esse é um dos momentos mais difíceis que a família já teve que enfrentar.



Senador afirma que o filho não sabia do transporte da cocaína

Senadores cobram medidas perenes para atender refugiados

Membros da Comissão de Relações Exteriores visitaram cidades do Acre que sofrem com a chegada em massa de estrangeiros

AO RELATAR A visita de uma comissão de senadores ao Acre para verificar a situação de refugiados, o presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), afirmou que o governo precisa ter políticas públicas para tratar da entrada em massa de haitianos no Brasil. Ferraço participou da visita, que serviu para analisar a situação dos municípios que recebem o maior número de imigrantes.

— Precisamos nos estruturar para essa imigração. Não se trata de um fenômeno circunstancial, e sim de um problema estrutural — argumentou.

Segundo o senador, 10 mil imigrantes, a maioria proveniente do Haiti, entraram no Brasil pelo Acre em 2013, tornando mais difícil o acesso da população a serviços públicos nas cidades atingidas. Mesmo reconhecendo o esforço do governo federal, o senador diz que o Acre não tem como arcar com esse peso.

— O fato objetivo é que todos os esforços foram insuficientes para construirmos uma política pública permanente de atendimento a esse fenômeno estrutural em nosso país — lamentou.

Para Ferraço, o governo deve criar no curto prazo uma



Comitiva com Sérgio Petecão, Anibal Diniz, Ricardo Ferraço e Jorge Viana é recebida pelo governador, Tião Viana (C)

estrutura compatível com o grande número de pessoas que chegam ao Acre. Em médio e longo prazos, o senador sugere que se combata a rota ilegal de imigração e as quadrilhas de “coiotes” que surgem na região. Isso dependeria de uma articulação do Brasil com Panamá, Peru, Bolívia e Equador (este último não exige visto para a entrada de imigrantes, o que agrava o quadro).

Solução

Por sua vez, Jorge Viana (PT-AC) fez um alerta ao governo, dizendo que é preciso encontrar uma solução para

o que está ocorrendo na cidade de Brasileia (AC), onde refugiados, principalmente haitianos, estão vivendo uma situação dramática.

Segundo o senador, somente neste ano mais de 9 mil imigrantes ilegais chegaram a Brasileia vindos do Haiti, Gâmbia, Equador, Nigéria, Senegal, Camarões, Colômbia e outros países.

— Não é possível o Brasil não ter uma política para imigrantes nas áreas de fronteira — criticou.

Anibal Diniz (PT-AC) ressaltou a hospitalidade com que a população recebeu os primeiros haitianos e alertou para o

risco de que esse sentimento se transforme em intolerância, tendo em vista as dificuldades.

Já Sérgio Petecão (PSD-AC) elogiou a sensibilidade do presidente da CRE de atender o pedido dos senadores acrianos para que a comissão visitasse o estado em vez de discutir o problema em Brasília.

Ricardo Ferraço informou ontem que irá procurar a presidente Dilma Rousseff e a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, para discutir uma solução. Ao ouvi-lo, Anibal Diniz afirmou que os senadores mostrarão a Dilma “a gravidade do problema”.

Mozarildo propõe criação de fundo para aviação regional

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem que a saída para a aviação regional é o governo apoiar a aprovação de projeto de sua autoria que cria um fundo de investimento para o setor, por meio de adicional tarifário de 1% nas passagens aéreas. Ele citou o presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), Flavio Dino, que propôs a concessão de subsídios às empresas de aviação regional para que os preços das passagens sejam equivalentes aos das passagens de ônibus.

O senador ressaltou a importância da aviação regional, especialmente na Região Norte, onde as grandes distâncias só podem ser rapidamente percorridas por avião. Para ele, a entrada de companhias aéreas de pequeno e médio portes estimularia a concorrência no setor de aviação e faria com que os preços fossem mais baixos para os passageiros.

— Hoje, voos daqui para Roraima ficam mais caros do que para Miami — protestou.

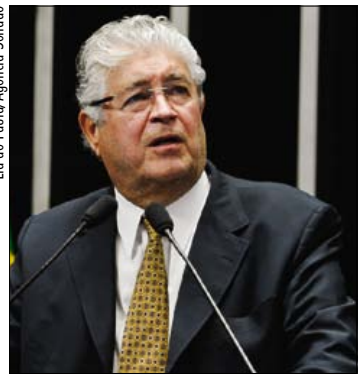
Taques lamenta crescimento da violência no Brasil

Pedro Taques (PDT-MT) lamentou o crescimento das estatísticas da violência no Brasil, em que pese o aumento de recursos para a segurança pública em 2012. O senador salientou que o país gastou no ano passado R\$ 61 bilhões em segurança pública — 16% a mais que em 2011. Desse total, explicou, R\$ 880 milhões foram aplicados em inteligência e informação, R\$ 17,5 bilhões em policiamento e R\$ 2,6 bilhões em defesa civil.

— Com um investimento maior era de se esperar uma queda na criminalidade, o que não aconteceu. Os homicídios dolosos continuam crescendo: em 2009 foram 42 mil, em 2011 foram 43 mil e no ano passado saltaram para 47 mil, um aumento de quase 8% — relatou.

Taques acrescentou que o total de estupros também subiu 18,7% em 2012 e o número de casos de violência contra a liberdade sexual e a dignidade das mulheres (50 mil) superou até o de homicídios dolosos no período.

Requião é eleito vice-presidente do Parlasul



Roberto Requião será um dos três vices do Parlamento do Mercosul

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) foi eleito na segunda-feira, em Montevidéu, vice-presidente do Parlamento do Mercosul (Parlasul), enquanto o parlamentar uruguaio Rubén Martínez Huelmo foi confirmado na presidência. Os demais vice-presidentes são a argentina Beatriz Rojkés e o paraguaio Tomas Bittar, todos com mandato de um ano.

A eleição da nova Mesa

Diretora ocorreu na primeira sessão deliberativa do Parlasul desde dezembro de 2010. O Parlamento também decidiu aprovar uma recomendação ao Conselho do Mercado Comum, órgão decisório máximo do Mercosul, para que estenda até 31 de dezembro de 2020 o prazo para a eleição direta dos parlamentares do bloco em cada um dos países-membros. Até o momento, apenas o

Paraguai cumpriu o prazo inicial. Até junho de 2014 os parlamentares decidirão se retomam o rodízio semestral na presidência ou se adotam mandato de dois anos para o cargo de presidente.

Após a eleição da nova Mesa, o Parlasul poderá retomar, em 2014, o funcionamento normal, com sessões mensais realizadas na capital do Uruguai.

Comitiva chinesa lembra 40 anos de diplomacia

O vice-presidente do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Wang Qinmin, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Wang Qinmin lembrou que, no próximo ano, Brasil e China celebram 40 anos de relação diplomática. Para comemorar, convidou Renan a visitar a China em 2014. O senador aceitou o convite e designou Flexa Ribeiro (PSDB/PA), presidente do grupo parlamentar Brasil-China, para organizar a visita. Renan lembrou ainda

que no ano que vem será realizado no Brasil o encontro do G20 parlamentar, quando se aprofundarão as discussões sobre as parcerias.

A China é, individualmente, o principal parceiro comercial brasileiro e primeiro destino de nossas exportações desde 2009. Em 2012, os investimentos

chineses no Brasil foram de cerca de US\$ 15 bilhões. Brasil e China estabeleceram relações diplomáticas em 15 de agosto de 1974. Desde então, a relação entre os dois países tem evoluído tanto na área comercial quanto na cultural, com parcerias consideradas estratégicas, como o Plano de Ação Conjunta Brasil-China, assinado em 2010. Participaram da audiência Casildo Maldaner (PMDB-SC), Kátia Abreu (PMDB-TO), José Agripino (DEM-RN) e Cícero Lucena (PSDB-PB).



Wang Qinmin, da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês